



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CEH – CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FFP – SG – FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO



Fábia Siqueira Barros da Conceição

Resgatando a história e memória da linha férrea de visconde de Itaboraí como patrimônio cultural

São Gonçalo
2011

FÁBIA SIQUEIRA BARROS DA CONCEIÇÃO

Resgatando a história e memória da linha férrea de visconde de Itaboraí como patrimônio cultural

Monografia apresentada como requisito para aprovação no curso de Graduação em Pedagogia, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro/Faculdade de Formação de Professores.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gianine Maria de Souza Pierro

São Gonçalo
2011

FÁBIA SIQUEIRA BARROS DA CONCEIÇÃO

Resgatando a história e memória da linha férrea de visconde de Itaboraí como patrimônio cultural

Monografia apresentada como requisito para aprovação no curso de Graduação em Pedagogia, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro/Faculdade de Formação de Professores.

Aprovado em _____

Banca Examinadora _____

Prfª Drª Gianine Maria de Souza Pierro (Orientadora)
Faculdade de Formação de Professores da UERJ

Prfª Drª Tania da Costa Nhary
Faculdade de Formação de Professores da UERJ

São Gonçalo

2011

DEDICATÓRIA

À minha querida e amada mãe, que mesmo cheia de problemas jamais deixou de me apoiar em minha caminhada.

Agradecimentos

“Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amorosa, eu amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo, que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade”.

Paulo Freire

Agradeço em primeiro lugar à Deus pois sem ele nenhuma linha da minha vida ou dessa pesquisa teriam sido escritas.

Ao meu esposo, Jair, por seu amor, compreensão, orações, ajuda e por acreditar em mim, às vezes mais do que eu mesma. Te amo!

Ao meu irmão, Alexandre, por seu amor e grande ajuda. Obrigada pelas várias vezes que me incentivou, valeu apenas. Amo você!

As minhas filhas, Mirella e Manuella eu agradeço pela compreensão e paciência de muitas vezes não receber minha atenção e carinho. Este trabalho é a prova de que quando vocês mesmo que inconscientes, me deram forças para vencer.

A minha orientadora, professora Dr^a Gianine Maria Pierro, por me ajudar nas horas em que até eu mesma já havia perdido as forças.

A Jaqueline e à Mariana, vocês me ajudaram mais do que imaginam e trilhar esses quatro anos com vocês foi muito bom, obrigada pela amizade de ambas. Vocês foram muito importantes nesta conquista.

Também gostaria de agradecer à professora Josiane Almeida que com boa vontade aceitou contribuir para a nossa pesquisa.

Deus recompense a todos vocês!

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.
Paulo Freire

RESUMO

Esta monografia teve como foco a dimensão da construção de identidade social referida nas práticas educativas e abrangendo as perspectivas do ensino formal e não formal, pensando cultura como possibilidade do resgate da memória e patrimônio local. A pesquisa visou compreender como essas práticas acontecem em sala de aula, como os professores vivenciam a possibilidade de mediar e explorar conhecimento sistemático e conhecimento do mundo, ampliando as possibilidades do espaço escolar e ultrapassando o senso comum da transmissão de conhecimentos historicamente produzidos através da realização de interpretações previamente construídas dos saberes. Na referencia da pesquisa qualitativa foi utilizada a pesquisa participante, a observação dos espaços escolares, registros em fotografia e montagem de exposição. Nesta pesquisa, realizada em 2011, participaram professoras que trabalham em escolas públicas do município de Visconde de Itaboraí com turmas do segundo ano do Ensino médio. Como contribuição deste trabalho destaca-se a importância das práticas educativas com vistas à preservação da memória e do patrimônio e o entendimento dos professores quanto ao seu papel frente às práticas sociais para a formação de alunos cidadãos.

Palavras – chave: memória e patrimônio; educação e cultura; educação formal e não formal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
I – MEMÓRIA E EDUCAÇÃO: possibilidades de formação e identidade.....	14
II – MEMÓRIA E PATRIMONIO LOCAL: pensando cultura e identidade.....	20
2.1 - Cultura e Educação	21
2.2- Memória e Patrimônio	24
2.3- Educação Formal e Não Formal	27
III – EDUCAÇÃO E CULTURA: a linha férrea como proposta educativa.....	35
3.1 – Apresentando a escola	36
3.2 – O projeto na escola	38
3.3 – A linha férrea como agente interdisciplinar para o ensino	39
3.4 – Materiais e métodos	40
3.5 – Contribuições do projeto para escola	44
IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS - A ESTAÇÃO DE VISCONDE DE ITABORAÍ: ponto de chegada e partida.....	47
V – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52

INTRODUÇÃO

O papel da escola tem como foco educar para a democracia no sentido da construção de um ser humano reflexivo, crítico, criativo, participativa, comprometido socialmente e transformador da realidade, garantindo a aprendizagem de certas habilidades e conhecimentos necessários para a vida em sociedade, contribuindo no processo de inserção social das novas gerações. Com isso, podemos perceber que a função da escola se completa na construção de um ser humano mais participativo e mais consciente. A educação está em todos os lugares, dentro e fora da escola. O texto de Brandão diz bem dos lugares de presença da escola:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação (2001, p.7).

Nesta lógica, este trabalho pretende apontar a importância da educação e cultura: memória e patrimônio, como possibilidade de resgatar a história e memória da linha férrea de visconde de Itaboraí como patrimônio cultural. Apresentando como alternativa de recurso projetos organizados sobre memórias e histórias de sua cidade, dentro do espaço escolar que pode ser incluído na proposta pedagógica, com a intenção de articular educação formal e não- formal na prática pedagógica, uma ferramenta de intervenção, que contribua para propagar desenvolvimento das atividades dentro e fora da escola.

Nas leituras sobre memória e patrimônio descobrimos que a palavra patrimônio pode ser empregada de diferentes modos. De acordo com Gonçalves (2009:25) “parece não haver limites para o processo de qualificação dessa palavra”. Hoje, a palavra patrimônio pode estar referida a: patrimônio financeiro, econômico, familiar, cultural, histórico, entre outras conceituações, inclusive criando a dimensão de patrimônio imaterial.

Ampliando o conceito sobre patrimônio, de acordo com a formulação apresentada pela Unesco¹, na “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial” formulada em 2003, definiu patrimônio imaterial ou intangível como sendo:

¹ Unesco é a sigla para Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. (retirado do site: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/>) acesso 03/03/2012

[...] práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

Patrimônio imaterial está relacionado aos bens culturais e simbólicos de um povo. No entanto, na maioria das vezes, tratamos patrimônio como algo imóvel, meio mistificado e distante de nossa realidade cotidiana.

Quando vemos um prédio histórico, admiramos sua beleza, sua arquitetura, decoração, entre outros aspectos. Dificilmente conseguimos nos sentir parte dele, integrantes do que ele representa. Isso se deve à distância que sentimos em relação ao que geralmente simbolizam. Não queremos com isso desvalorizar os monumentos ou patrimônios materiais, pelo contrário, o que desejamos é mostrar que o conceito de patrimônio é muito mais amplo do que geralmente imaginamos. Assim, enfatizamos aqui, a importância da preservação histórica e cultural. Compreendendo nossa memória social, como processo de evolução que expõe o saber e o saber fazer de um povo, através de suas histórias, memórias e patrimônios culturais.

No artigo 216 da Constituição Federal de 1988, o patrimônio cultural é definido como:

“(...) os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira...”

Nesta perspectiva a cultura é concebida como herança recebida e comportamento social dentro de um grupo, uma vez que traduz diferentes maneiras de viver de um povo. Porém, não podemos pensar em comunidades ou grupos isolados em sua cultura. Em um mundo onde a informação se configura em instrumento de inserção e afirmação de identidades, esta afirmativa, já não faz mais sentido. Desse modo, a cultura se produz “através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas”, como ressalta Botelho (2001, p.2).

Bem como a cultura, a educação também tem seu papel, em relação ao desenvolvimento como compromisso social. Sua finalidade é promover

transformações que favoreçam ao indivíduo uma participação ativa em todos os âmbitos da vida. KANT, 1996 (apud VEIGA-NETO, 2003) declara que:

“Não há ninguém que, tendo sido abandonado durante a juventude, seja capaz de reconhecer na sua idade madura em que aspecto foi descuidado, se na disciplina, ou na cultura (pois que assim pode ser chamada a instrução). Quem não tem cultura de nenhuma espécie é um bruto; quem não tem disciplina ou educação é um selvagem. A falta de disciplina é um mal pior do que a falta de cultura, pois essa pode ser remediada mais tarde, ao passo que não se pode abolir o estado selvagem e corrigir um defeito de disciplina”. (p.16).

É pela educação que a cultura é transmitida e transformada. A cultura e a educação não podem ser vistas como idéias dissociadas, mas como ações que se completam. A partir desses conceitos podemos considerar o homem como um ser que precisa ser socializado. Isto significa ser educado. FREIRE, (1983), afirma que a educação “tem caráter permanente. Não há seres educados e não educados. Estamos todos nos educando. (...)” (p. 28)

Sendo assim, a educação se constitui num campo de relações entre escola e comunidade, cabendo as ambas uma educação que favoreça a cidadania.

Essa mesma educação pode acontecer na perspectiva formal ou não formal. Embora o vínculo da educação à escola seja uma concepção dominante na sociedade, os espaços educativos diferenciados têm contemplado seu lugar na educação.

Nesse sentido, trazer à tona a discussão sobre educação formal e não formal neste contexto significa contemplar a necessidade e complementaridade de suas existências; e que, a nosso ver, está marcada no e pelo processo histórico contemporâneo das transformações educativas e produtivas da nossa sociedade.

Desse modo tanto a educação formal quanto a educação não formal podem ser entendidas como categorias que se movimentam entre si, práticas que marcam, ou melhor, que explicitam a identidade de organizações sociais contemporâneas. No que diz respeito à educação formal, toma-se como ponto de partida o debate sobre a possibilidade de conexão do espaço escolar e a realização de projetos educacionais fora dele.

No que diz respeito à concepção de educação não formal, este trabalho encontra respaldo em Gohn (2009), quando descreve que:

A educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; (...); a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; (...). São processos de auto-aprendizagem e aprendizagem coletiva adquirida a partir da experiência em ações organizadas (...), etc. (p.31)

Sobre essas várias perspectivas, citadas acima, fomos aprendendo conhecer/escrever a história da comunidade, do lugar, investigar/escrever as mudanças econômicas, sociais e culturais da cidade, entre outros, pode se configurar um caminho metodológico, uma ferramenta teórico-prática que possibilite ao sujeito, (re)fazer leituras de sua realidade cultural e histórico-social. Neste momento, pode perceber a importância dos registros das histórias coletivas que são contadas e (re) contadas a partir dos registros da própria história, experiências e vivências do sujeito. Paulo Freire afirma que:

“É o saber da História como possibilidade e não como determinação. O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História, mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar”. (1996, pp. 85 e 86)

Esta perspectiva freireana alimenta o estudo monográfico aqui presente. É justamente partir da história da comunidade local que acreditamos buscar auxílio para desenvolver o (re) conhecimento da história que os cercam, na busca de interação, tornando o educando agente ativo da realidade desta comunidade.

Desta forma, refletir sobre o sentido das histórias e memórias coletiva na construção da identidade local, tendo como aliados a escola e a comunidade numa parceria incondicional para o reconhecimento do lugar naquele espaço em que todos, a partir de suas memórias individuais, acreditamos contribuir para formação da memória coletiva. Para isso, temos como objetivo destacar a importância da histórias e memórias na construção da identidade no processo educativo, tendo como referência o acervo da ferrovia de Visconde de Itaboraí.

Valendo-se do referencial metodológico da pesquisa-ação, neste trabalho vamos buscar conhecer as práticas educativas construídas numa escola pública Estadual: Ciep 424 Pedro Amorim, localizada no Município de Itaboraí em Visconde de Itaboraí, com alunos do ensino médio, voltadas para as histórias e memórias da Linha férrea de Visconde de Itaboraí.

Todas as atividades realizadas pelo grupo foram registradas por meio de fotografias. O projeto foi desenvolvido dentro do próprio espaço escolar, e se expandiu para além deste espaço. Com as pesquisas realizadas pelos alunos, o projeto ganhou forças e repercutiu na comunidade. Nesta perspectiva de propor o registro de atividades caminhamos para a elaboração de uma exposição sobre a Estação ferroviária e sua importância para o Distrito de Visconde.

Durante o desenvolvimento desse estudo pudemos perceber a função da escola no resgate da memória e da história local favorecendo aos alunos melhor compreensão do seu papel em sociedade, nos tempos atuais, onde vivemos a correria do dia-a-dia, a todo o momento, existem ainda pessoas que não tiveram a possibilidade de conhecer sobre sua própria história local, mesmo estando dentro de um espaço, aqui a escola, que possui recurso para facilitar

Assim destacamos que é necessário um novo olhar para os nossos alunos, sei que muitas das vezes encontramos obstáculos no percurso, mas é indispensável tomar outra postura e reavaliar nossas concepções a respeito do aluno, no sentido tornar a escola mais prazerosa e envolvida com a comunidade em que ela se situa.

É sobre essas perspectivas de acontecimentos que ocorrem dentro de diferentes espaços, trabalhando o tempo vivido e o tempo percebido, que introduzam novos acontecimentos que se relacionem com a comunidade local e suas memórias que buscamos contribuir para o resgate de memória identidade, possibilitando também o despertar da responsabilidade e participação, reconhecendo o seu papel na preservação de sua história e cultura local.

CAPÍTULO I

MEMÓRIA E EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES DE FORMAÇÃO E IDENTIDADE

"Uma boa memória não é uma grande memória (que se lembra de muita coisa), mas sim uma memória crítica. Mais relevante que a informação que nos transmite a memória é a curiosidade que ela pode promover. (...) O conhecimento não se esgota na memória. Ao contrário, a memória deve ser um incentivo ao conhecimento."

Luís Miguel Poiães Pessoa Maduro

Neste primeiro capítulo apresento um pouco da minha história até chegar a faculdade, descrevendo minhas lembranças quando crianças e o quanto elas foram a “mola propulsora” para chegar até meu tema monográfico, articulando minha trajetória universitária e este projeto de pesquisa.

A citação acima de Maduro (2012), me fez recordar de minha infância e de minhas lembranças, aquelas que ficam guardadas em algum canto de minha memória e que de vez em quando surgem às vezes tão rápidas e passageiras que nem nos damos conta de sua velocidade, aqui comparada com a própria velocidade da luz. O mais intrigante disso tudo é que, do jeito que elas aparecem e somem, como se fossem apenas flechas, mudam o pensamento passeando em outras idéias, as de agora e aquelas de todos os dias.

Esse movimento que o cérebro é capaz de nos propor, de estar em dois lugares ao mesmo tempo, aquele temporal, no qual o seu corpo se encontra, o outro onde a memória nos leva. Foram esses deslocamentos, entre o real e o imaginário, que fizeram recordar minha infância.

Boa parte da minha infância foi vivida no atravessar de trem o Município de São Gonçalo para Visconde de Itaboraí, até a casa do meu avô. O fato de estarmos localizados próximo ao ponto de entroncamento da linha férrea fazia com que escutássemos a locomotiva apitar de longe, enquanto se aproximava vagorosamente até parar e embarcar os passageiros. Toda vez que escutava o som do trem, meu coração batia mais forte, era uma maneira de saber ele existia e que em algum momento eu estaria dentro dele para mais uma viagem.

Nosso despertar pela manhã era ao som do trem que atravessava o nosso bairro e fazia suas paradas. Sabíamos até que horas eram pelo simples apito da locomotiva. Meus irmãos e eu ficávamos afoitos porque sabíamos que aquele som que ia ao longe poderia nos levar para casa de nosso avô. O barulho do trem nos trilhos era para nós um ruído familiar. Dava-nos a sensação de felicidade e esperança, seguido de ansiedade para embarcamos no trem, ouvirmos seu apito e suas portas se fechando para a viagem longa começar. A viagem nunca era monótona. Ficávamos na janela olhando aquele mundo que para mim, mais parecia um tempo paralelo. A impressão que tinha era que a paisagem lá fora corria enquanto o trem estava parado. Era uma viagem através dos tempos. Uma história vivida numa simples viagem de trem.

Em minha memória e na minha família o símbolo do progresso veio através das rodovias, e os seus transportes rodoviários que entram na concorrência da política pública de transporte, favorecendo veementemente a extinção de trechos ferroviários considerados fora das regras econômicas.

Relembrando esses momentos que fizeram parte da minha história, percebo que muitos outros acontecimentos marcaram minha vida. Um desses foi o desejo de ser professora. No entanto, minha trajetória escolar foi bastante conturbada.

Antes mesmo de me alfabetizar pela escola já sabia escrever meu nome e ler algumas palavras, ensinadas pelo meu pai que mal havia feito a terceira série, assim chamada em sua época, hoje o quarto ano do ensino fundamental. Meu pai com todas as suas limitações escolares ensinou-me a ler e escrever. Até o espaço entre uma palavra e outra fazia usando os seus dedos grossos e calejados pela profissão.

Entre a realização e o desejo de ser professora, surgiram outras necessidades e motivos que redefiniram minhas realizações. Estudei em escola particular até o 5º ano do Ensino Fundamental. A partir daí fui estudar em escola pública, mas os motivos econômicos me levaram para a triste realidade que ainda “reina” em nossa infância: o trabalho.

Aos treze anos precisei trabalhar e abandonei a escola voltando apenas aos vinte anos de idade. Neste momento já casada, encontrei outras dificuldades que me fizeram pela segunda vez abandonar meus estudos. Mas não desisti, esperei por mais oito anos e terminei o ensino médio. Entretanto não estava satisfeita, eu queria mais que isso. Foi então que resolvi prestar vestibular. O mais incrível era que eu mesma não acreditava ser capaz de passar. Mas mesmo com minhas limitações diárias tive pessoas que acreditaram em mim e no meu potencial. Minha família nunca permitiu que desistisse da minha jornada.

Assim chego à UERJ o ano 2006 como aluna de Pedagogia com o curso sendo ministrado pela manhã era possível ouvir da sala de aula da Uerj-FFP, o barulho do trem nos trilhos e seu apito tão inesquecível na infância que já se encontrava distante. Essas memórias guardadas aguçaram as lembranças do quanto a aquele som rascado do trem era significativo para mim. Nesse mesmo ano é que foi desativado o funcionamento do trem que ia de São Gonçalo para Visconde de Itaboraí.

Como aluna do curso de Pedagogia, no 4º período, tendo como uma das disciplinas obrigatórias: História: Tempo e Espaço I, a professora Cleise Campos

apresentou como atividade a realização de uma pesquisa em campo, no qual deveríamos discutir sobre a questão do Patrimônio Público. Tomei a iniciativa de eleger um tema que me tocava como moradora do Município de São Gonçalo e presente em minhas lembranças de criança. E o que chamou minha atenção foi o término da linha ferroviária no nosso município, que considero um patrimônio. A partir daí realizei uma pesquisa sobre o término da linha ferroviária que corta praticamente todo o município de São Gonçalo até o Distrito Visconde de Itaboraí, situado no Município de Itaboraí. O ramal de Visconde de Itaboraí, hoje desativado, é o último remanescente de uma malha ferroviária que já foi pujante na região.

Na pesquisa citada, identifiquei que o declínio da ferrovia deu-se após a ascensão das indústrias automobilísticas em todo o mundo, conseqüentemente a estação Visconde de Itaboraí perdeu sua importância como estação de grande porte. Os relatos de pessoas mais antigas, recolhidos naquela ocasião, falavam de dois leitos ferroviários passando por São Gonçalo: o primeiro, partindo do Barreto (Niterói), seguindo pelo corredor Neves x Zé Garoto (via Porto Velho), dali à Trindade ao longo da atual Av. Presidente Kennedy, então ao largo do bairro do Alcântara, dali seguindo relativamente próximo à atual rodovia RJ-104, entre Alcântara e Santa Luzia, dali a Guaxindiba, bairros de São Gonçalo-RJ e deste a Visconde de Itaboraí, onde até hoje jazem vários vagões desativados e há todas as características de uma vila ferroviária. Este trecho seria, segundo moradores da região, objeto do projeto da tão falada e jamais executada Linha Três do Metrô, que aproveitaria o trecho do Barreto a Guaxindiba em trilhos elevados, e daí a Visconde de Itaboraí por trens de superfície.

Do segundo não temos referências claras se começaria no Barreto ou já em Neves, mas seguiria por onde atualmente estão os trechos Neves x Covanca, Covanca x Sta Catarina (parte do corredor Barreto x Zé Garoto via Dr March), Sta Catarina x Rocha x Alcântara (a Av Maricá teria este nome justamente por referência à ferrovia que ali passava), Alcântara x Santa Izabel e de lá a Maricá. Deste trecho praticamente nada restou: há ainda os prédios das estações Santa Catarina (este já completamente descaracterizado, tendo sido compartimentado em várias residências) e Raul Veiga, próximo à estrada homônima e à praça Chico Mendes, no Alcântara, que hoje é usado para fins residenciais/comerciais. No entanto, para maiores esclarecimentos, seria adequado buscar relatos de moradores mais antigos

da região, já que a com o crescimento da população, os moradores mais recentes deste bairro ali se instalaram quando não mais existia a linha férrea.

A culminância da proposta desta disciplina aconteceu com a montagem de um “varal” no espaço de convivência da UERJ-FFP, em que foram expostos ao público todos os trabalhos da turma, como principal objetivo a socialização. Além da exposição apresentamos também comentários sobre aspectos significativos na realização daquele trabalho. Naquele momento meu relato foi enfático em dizer do prazer de fazer a pesquisa, pois foi a partir da dinâmica proposta pela professora que pude encontrar este tema mobilizador para então definir o foco da monografia que tivesse significado para mim, e me tocasse enquanto professora-pesquisadora.

Desse modo a escolha na pesquisa encontrou ressonância nas palavras de Freire (1996), ao dizer: “o de que se precisa é que, em sua formação permanente, o professor se perceba e se assuma, porque professor, como pesquisador” (p. 29)

Assim como Maduro (2012) descreve em sua citação sobre a importância da memória para o conhecimento, em mim, percebi despertar o desejo de escrever/investigar sobre esta temática que faz parte da minha história e das minhas memórias. Pois o conhecimento como o próprio autor afirma não se esgota na memória, ao contrário, a memória aguça a busca ao conhecimento.

Ao ler pela primeira vez esta citação, identifiquei-me com ela. Foram as minhas memórias que me levaram a busca do conhecimento através dos estudos sobre a importância das histórias e memórias da Linha Férrea para Visconde de Itaboraí. E a ligação que eu tinha com esse lugar, foi o grande estímulo para minha pesquisa.

O interesse pelo este tema foi consolidado quando participei de um seminário permanente de políticas públicas de cultura que aconteceu na UERJ Maracanã no semestre 2010/2, organizado pelo Departamento Cultural / Universidade do Estado do Rio de Janeiro – SR3 UERJ Comissão Estadual dos Gestores de Cultura – COMCULTURA RJ, com apoio e parceria da Fundação Casa de Rui Barbosa- MinC (Secretaria de Estado de Cultura RJ), financiado pela Secretaria de Cidadania Cultural - Ministério da Cultura e coordenado pelos professores: Prof. Ricardo Gomes Lima, Profª Cascia Frade, e Profª.Cleisemery Campos da Costa, tendo como temas do curso: ‘*Panorama* do estado atual da implementação de políticas públicas pelo governo federal’; ‘Conceito de política pública de cultura e o Histórico das ações do Estado no Brasil no campo da cultura’; alguns ‘Modelos de gestão e sua aplicação em organizações culturais’ e também sobre o “Papel do gestor e como se

dá a Produção documental e acervos culturais”. Além da abordagem e debate desses temas, neste seminário foram traçadas algumas discussões acerca de conceitos de comunicação e marketing com direcionamento específico para a área de produção cultural.

No decorrer do curso tivemos orientação e acompanhamento de monografia, relativo aos módulos desenvolvidos, com ênfase num dos temas abordados ou elaboração de projeto cultural. A partir dos aspectos objetivos do curso foi solicitada aos alunos graduandos a elaboração de um projeto cultural.

Na conclusão deste curso, em 2011, construí o projeto cultural “Resgate cultural: o movimento por uma cultura de memórias”, onde desenvolvi uma investigação sobre a história da Estação de Visconde de Itaboraí (Município de Itaboraí), com a pretensão de reunir dados para a construção de um possível museu de memórias dentro de própria estação, com finalidade de resgatar as histórias e memórias da comunidade local, a partir da importância da linha férrea no município em questão.

O objetivo do projeto era provocar a integração com a comunidade no fomento para criação de um pólo de cultura, através de exposição histórias orais, escritas e fotografias do lugar e resgatar a memória e história do lugar.

Chegando ao Bairro de Visconde de Itaboraí, no segundo semestre de 2010, deparei com uma cidade marcada por pessoas que buscam melhorias da qualidade de vida. Percebi também que devido à falta de oportunidades pareciam pessoas que já não se encantavam com a beleza natural do lugar e suas paisagens bucólicas.

Naquele mesmo lugar onde chegava a estrada de ferro, um dos alentos ao comércio e indústria das olarias e cerâmicas, que permitiram o crescimento urbano e sua transformação de vila em cidade, encontrei no final do ramal da linha férrea, verdadeiro cemitério de trens. E também um morador do lugar, que não quis se identificar, em seu relato-me com grande pesar o término do término desta estrutura ferroviária.

“Eu fui chefe das estações daqui de Visconde e também da estação de Niterói, antes do término das linhas ferroviárias, pedi demissão por não estar satisfeito com a degradação da mesma, não gosto nem de olhar pra lá, me dói o coração, já mandei alguns projetos pra as prefeituras, pelo menos pra construção de um pólo cultural, mas infelizmente não recebi nenhum contato até agora. Na época da estação em movimento visconde era uma cidade muito movimentada, hoje é isso aí que vocês estão vendo... abandono total... essa ferrovia liga praticamente o país inteiro”. (depoimento

registrado no caderno de campo do projeto Resgate cultural: o movimento por uma cultura de memórias, 2010).

Foi o depoimento deste chefe de estação que me impulsionou a ampliar o projeto cultural no tema da monografia. Em 2011 quando passei a desenvolver esta pesquisa, retornei ao município de Visconde Itaboraí para fazer contato com as escolas locais. Conheci a professora Josiane Almeida, que trabalha na escola Ciep – 424 Pedro Amorim, juntamente com ela desenvolvi um estudo de campo sobre as memórias e histórias contadas pelos ex-ferroviários que ainda moram na região. Com os alunos, na escola, realizamos mostras de vídeos, fotografias, exposição das entrevistas com os moradores, e fotos antigas doadas pelos participantes (moradores antigos).

Pude perceber que um estudo sobre a importância da estação de Visconde de Itaboraí e seu ramal é essencial para a valorização do bairro e da cidade. Propor um projeto em que a história da ferrovia fluminense se encaixe no contexto cultural. Não só para Visconde de Itaboraí, como para outras estações e ramais desativados pode representar um passo significativo para a construção das identidades das cidades e dos moradores dessas regiões.

CAPÍTULO II

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO LOCAL: pensando cultura e identidade

“A educação, enquanto atividade intencionalizada, é uma prática social cunhada como influência do meio social sobre o desenvolvimento dos indivíduos na sua relação ativa com o meio natural e social, tendo em vista, precisamente, potencializar essa atividade humana para torná-la mais rica, mais produtiva, mais eficaz diante das tarefas da práxis social postas num dado sistema de relações sociais.” (Libâneo, 1998, p.74).

Este capítulo está dividido em três partes: na primeira apresentamos e comentamos sobre a importância do Patrimônio histórico-cultural, compreendendo-o como parte da memória social de um povo. Na segunda parte relacionamos educação e cultura, construindo uma ponte entre o conhecimento sistemático e aquele conhecimento cultural, valorizando este último, como forma do sujeito reconhecer seu papel, enquanto sujeito histórico e os modos de saber e de fazer instalados na sociedade. Na terceira parte propomos a articulação entre educação formal e não formal como possibilidade novos espaços de ensino-aprendizagem que não se limitem à escola.

Na escola e na vida muitos fatos são marcas significativas. Nós aprendemos sobre as datas efemérides, os personagens que fizeram história e seus feitos por vezes classificados em disciplinas. Na vida as datas significativas, aparecem muitas vezes, para lembrar ou homenagear pessoas como nos dias das Mães, dos Pais, das Crianças, ou mesmo em feriados como aqueles indicados pelos fatos Históricos, como: Descobrimento do Brasil, Proclamação da República.

Nesse sentido que “os lugares da memória coletiva” está o tempo todo nos rodeando e nos inserindo na sociedade, dando o sentimento de pertencer a um determinado grupo. Considerando que:

"para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que a memória coletiva não tenha deixado de concordar com as memórias individuais e que haja suficientes pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum". (HALBWACHS, Maurice. Apud POLLAK, Michael, 1989)

Nessa perspectiva, que o resgate da memória de um povo/grupo deve fazer sentido, ou seja, não basta relembrar os feitos heróicos e ainda tentar resgatar a memória das “coisas”, coisas essas, que segundo POLLAK (1989), na análise durkheimiana são tratadas como fatos sociais, que de uma forma ou outra irá interferir na construção de uma memória individual ou coletiva.

Essas representações da memória coletiva contribuem para o reconhecimento do homem enquanto cidadão. Conscientizando-o de seus direitos, assim, participante das mudanças políticas do lugar ao qual pertence.

É importante enfatizar também, que uma relação estreita entre a escola e comunidade possibilita a ambos “ferramentas” que culminem no crescimento do papel social. Pois, “*a memória é sempre uma construção feita no presente a partir de vivências/experiências ocorridas no passado*”. (KESSEL, 2003, p. 02)

O modo como os estudos sobre memória vem sendo administrado se dá pela justificativa de que a sociedade atual tem lidado com a questão da importância do resgate da memória. Nos dias atuais com tantas informações e com a vida corrida, temos olhado para o futuro distante sem nos preocuparmos que as atitudes presentes que, de um modo ou outro, foram parte do passado, desse modo, o que consideramos como memória faz parte de todos nós. E por que esse pensamento seria tão importante na sociedade de hoje?

Estudos revelam que a memória individual é confeccionada a partir de uma memória coletiva, pois se vivemos em sociedade, certamente tudo o que nos constitui como ser pensante repleto de sentimentos e lembranças, nos insere enquanto parte de um grupo. De modo que, “haveria então, na base de toda lembrança, o chamado a um estado de consciência puramente individual que - para distingui-lo das percepções onde entram elementos do pensamento social - admitiremos que se chame intuição sensível” (HALBWACHS, 2004: p.41).

A partir das relações sociais no grupo e suas vivências o homem constrói suas representações do passado. Halbwachs (2004), afirma que a memória não nasce da “imaginação pura e simples”, ou seja, a memória é construída a partir de um referencial que é o sujeito.

2.1 Cultura e Educação

A educação é um direito instituído por lei que dá condição ao homem de usufruir de todos os “bens e serviços disponíveis na sociedade” (GADOTTI, 2006, p.1). Porém, esse direito nem sempre acontece de maneira adequada, pois sabemos que ainda temos muito a discutir sobre educação e o papel da escola.

O direito à educação que vem sendo historicamente construído, no que tange às políticas públicas sociais, pode ser questionado por alguns quando assume o modelo neoliberal. Esse debate se dá na dicotomia entre educação e direito x educação e assistência, por vezes assumidas por organizações voluntárias, desconfigurando as ações do Estado e/ou reduzindo sua responsabilidade perante as políticas educativas e sociais.

O neoliberalismo tem como objetivo a não intervenção do Estado, “os neoliberais não defendem a responsabilidade do Estado em relação ao oferecimento de educação pública a todo cidadão, em termos universalizantes, de maneira padronizada” (HÖFLING, 2001, p.37). Logo, a educação por ser um bem básico para a população também se encaixa nessa lógica. Neste sentido, entende-se a educação não como direito de todos, mas como um bem direcionado somente aos que tem “meios para assegurá-la”. Nessa perspectiva, a educação vai além do mercado de trabalho, ela (educação) vai transformar-se nele. Como salienta Gadotti:

O direito à educação está sob suspeita numa época em que a educação é tratada como uma mercadoria, como sustenta a

Organização Mundial do Comércio (OMC). Diante da crescente mercantilização da educação os Estados estão deixando cada vez mais de assumir o seu dever de garantir esse direito, transformando o direito à educação em serviço prestado tanto pelo Estado quanto pelo mercado. Como serviço, a ele só podem ter acesso aqueles e aquelas que podem pagá-lo. (...) (2006, p.1-2)

Sem dúvida, um dos pontos que chama atenção é perceber que hoje, no Brasil, encontramos um pensamento centralizador e muita das vezes alheio dos verdadeiros problemas que nos rodeiam, e ainda, ficam a cargo das esferas centrais de organização da vida em sociedade. Desta forma, os interesses e compromissos com a sociedade geram insatisfações e insuficiência, por projetar os valores que não fomentam uma proposta de educação pública efetiva.

No entanto, a finalidade educativa é promover mudanças que favoreçam o homem e sua atuação social. Acompanhando esta afirmativa a educação tem possibilidade de atingir a vida das pessoas em todos os âmbitos e assim ampliar o desenvolvimento humano no sentido de fortalecer dimensões econômicas e a participação do sujeito nas decisões dos assuntos que lhe dizem respeito, transformando esse sujeito num sujeito crítico e reflexivo em suas atitudes e acontecimentos sociais.

Desse modo é importante considerar que a educação tem “poder” de transmitir e transformar a cultura. Nesse sentido a escola pode ser um espaço, onde se produz, transmite, compartilha e negociam-se os sentidos que implicam em transformar a vida pessoal de todos que freqüentam a escola em relação à inculcação da cultura.

No interior da cultura recebemos, aprendemos, reproduzimos, transmitimos, transformamos e criamos o mundo e a humanidade por meio das práticas socioculturais. Podemos dizer que nos educamos e somos educados nessas práticas.

Desse modo entende-se que falar de educação é falar de cultura, pois o homem se educa através de sua cultura e é por meio dela que o homem se relaciona com o outro e constrói uma sociedade. O homem como transformador e construtor interpreta sua cultura na educação.

Assim, a educação acontece em todos os lugares em que as pessoas estão se relacionando umas com as outras: na família, no trabalho, no templo, no quintal, no

mato, etc. Em qualquer ambiente desses alguém educa alguém com ou sem intenção de educar.

A definição de cultura do ponto de vista antropológico, formulada por *Edward Tylor*, no primeiro parágrafo de seu livro *Primitive Culture* (1871). Tylor procurou, além disto, demonstrar que cultura pode ser objeto de um estudo sistemático, pois trata-se de um fenômeno natural que possui causas e regularidades, permitindo um estudo objetivo e uma análise capazes de proporcionar a formulação de leis sobre o processo cultural e a evolução. Ele enfatizou a idéia do aprendizado na sua definição de cultura, deixando claro que a cultura não é uma “aquisição inata” do indivíduo, mas algo aprendido, ou seja, a maneira pela qual vemos o mundo são produções de uma herança cultural a qual estamos inseridos.

Para Edward Tylor (1871 apud VELHO, 1999, p. 39): “Cultura é o todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade”. Entende-se que o homem é um ser predominantemente cultural.

Segundo este autor a cultura tem como característica primordial o conhecimento e experiências acumulados anteriormente. E, se esse conhecimento acumulado for manipulado criativamente permitirá a passagem do tradicional para ruptura no sentido de inovação. Tais inovações não são resultados isolados, mas sim o esforço de toda uma comunidade.

2.2 Memória e Patrimônio

Na atualidade o patrimônio tem sido considerado como herança cultural, voltado para a questão da memória e identidade de um povo. Sendo assim, a preservação de um patrimônio possibilita a “reconstrução” da memória através de imagens e idéias de hoje, contribuindo para uma reflexão a respeito do que somos e qual o nosso papel na sociedade. Nesse sentido a educação patrimonial se aproxima da cultura, ganhando espaço para salientar a consciência dos cidadãos na valorização do patrimônio cultural.

De acordo com Rodrigues (1996), o patrimônio histórico “é uma vertente particular da ação desenvolvida pelo poder público para a instituição da memória social” (p. 195), que abarca um universo amplo e significativo de sua cultura.

A Educação Patrimonial é interpretada por Horta (1999) como “um processo permanente e sistemático de trabalho educacional, centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”. (p.6). Desta forma pode-se dizer que é um instrumento de promoção e preservação do patrimônio.

Ainda segundo a autora citada acima

“Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Isto significa tomar os objetos e expressões do Patrimônio Cultural como ponto de partida para a atividade pedagógica, observando-os, questionando-os e explorando todos os seus aspectos, que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimentos”. (1999, p.6)

Assim uma proposta metodológica possui possibilidade de orientar aplicação de ações educacionais voltadas para o uso e a apropriação dos bens culturais. Desse modo o professor possui o papel de mediador responsável e no momento de seu planejamento deve tomar o cuidado na escolha do deseja desenvolver. É preciso deixar suas orientações bem claras para os alunos, fornecendo instruções de maneira objetiva.

Nesta lógica, o bom processo educativo não é aquele que apenas ensina, mas sim o que ajuda a pensar, tornando o sujeito apto a ser crítico, permitindo ao indivíduo reavaliar sua participação e responsabilidade na sociedade a qual pertence.

O processo educativo voltado para responsabilidade social e para a produção de conhecimentos pode se dar nas atividades de educação patrimonial que enriquecem os planos de trabalho do professor para todo o ano letivo, possibilitando conhecer e aprender os saberes e fazeres existentes na localidade da escola.

Assim assumimos enquanto profissionais e cidadãos no processo de fortalecimento e revitalização de nossa cultura, sobre a responsabilidade de nos conduzir e a outros indivíduos, no caminho do entendimento e do profundo comprometimento na construção desse universo sócio-cultural.

Em consonância com os estudos desenvolvidos por Veiga-Neto (2003), sobre Educação e Cultura, e Le Goff (1997) sobre Memória e Patrimônio e com as análises apresentadas pelos autores trazidas neste texto, defendemos também a idéia de que a memória, por mais pessoal que possa parecer, é construída socialmente. Clarice Nunes (2003), em seu artigo “Memória e História da Educação: entre práticas e representações” destaca que:

“As memórias que temos do trabalho ao qual nos dedicamos, das nossas reminiscências da infância, da escola em que estudamos, de todas as práticas vividas têm uma validade relativa, histórica, já que são construídas socialmente. A sociedade determina em boa medida como devemos desempenhar nossas funções e com que categorias vamos pensá-las, o que vale tanto para o indivíduo quanto para a coletividade”. (NUNES. 2003, p.2)

Segundo Le Goff, “A identidade cultural de um país, estado, cidade ou comunidade se faz com memória individual e coletiva. Somente a partir do momento em que a sociedade resolve preservar e divulgar os seus bens culturais é que se inicia o processo de construção de ethos cultural e de sua cidadania”. (1997, p. 138) Esse autor ainda explica que:

...é a memória dos habitantes que faz com que eles percebam, na fisionomia da cidade, sua própria história de vida, suas experiências sociais e lutas cotidianas. A memória é, pois, imprescindível na medida em que esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha. Sem isso, a população urbana não tem condições de compreender a história de sua cidade, como seu espaço urbano foi produzido pelos homens através dos tempos, nem a origem do processo que a caracterizou. Enfim, sem a memória não se pode situar na própria cidade, pois perde-se o elo afetivo que propicia a relação habitante-cidade, impossibilitando ao morador de se reconhecer enquanto cidadão de direitos e deveres e sujeito da história. (LE GOFF, 1997, p. 139)

Nesta perspectiva, a memória é peça substancial na área do patrimônio cultural, pois a representação que um bem cultural tem para uma sociedade refere-se à identidade cultural e ao exercício da cidadania. E esse conhecimento é transformado em informação, e não há informação sem memória. Logo, preservar é conservar a memória, num equilíbrio de ações que valorizem o patrimônio histórico e cultural. Portanto, são os grupos sociais que decidem o que é “memorável” e as

formas pelas quais será lembrado. São os acontecimentos públicos pertinentes que mais chamam atenção dos indivíduos. Segundo Burke, (2000): “Lembram muito o que não viveram diretamente. Um artigo de noticiário, por exemplo, às vezes se torna parte da vida de uma pessoa. Daí, pode-se descrever a memória como uma reconstrução do passado”.(p.70).

A memória tem papel principal no estudo da história, é através dela que pessoas mais velhas, moradoras de certa localidade histórica podem relatar os acontecimentos vividos por elas. Hilton Japiassú (1996), no Dicionário de Filosofia ele afirma: A memória pode ser entendida como a capacidade de relacionar um evento atual com um evento passado do mesmo tipo, portanto como uma capacidade de evocar o passado através do presente (JAPIASSÚ, 1996, 178).

Partindo do pressuposto que a “memória é a faculdade de reter idéias ou reutilizar sensações, impressões ou quaisquer informações adquiridas anteriormente”, segundo o dicionário da Língua Portuguesa (FERREIRA, 1989, 334), percebe-se que essa memória proporciona lembrar da própria lembrança e não deixa que se apaguem as experiências adquiridas. A memória constitui um fator de identificação cultural que define o que cada grupo é e o que difere do outro. Para Santos, (2004):

A memória não pode ser entendida como apenas um ato de busca de informações do passado, tendo em vista a reconstituição deste passado. Ela deve ser entendida com o um processo dinâmico da própria rememoração, o que estará ligado à questão de identidade (p.59).

Neste caso, se a memória pode ser entendida como um ‘método ativo’ de recordação ligada à questão da identidade, ambas reforçam-se mutuamente. Pois é através da memória e da identidade de um povo/grupo que surge a perspectiva de preservação da cultura local.

2.3 Educação Formal e Não Formal

A educação não formal surgiu e penetrou nas discussões pedagógicas após se evidenciar uma crise na educação formal. Segundo Jaume Trilla (1996), a expressão educação não-formal começa aparecer simultaneamente com críticas ao sistema de ensino num momento histórico em que diferentes setores da sociedade viam a

família e a escola como instituições impossíveis de responder às demandas sociais que lhes eram determinadas. No Brasil a Educação Não Formal se intensificou a partir dos anos 90, com a passagem da ditadura para uma sociedade democrática e o nascimento das organizações dos movimentos sociais com a participação de novos atores, “tais como o das mulheres, os ecológicos, dos negros, dos índios, etc.” (GOHN, 1997, p. 26).

Tais mudanças na relação entre Estado e sociedade legitimaram o afastamento do Estado das questões sociais, particularmente com o setor educacional, assim promovendo efetivamente a participação do setor privado no que tange à educação, e conseqüentemente, desobrigando a garantia dos direitos sociais conquistados historicamente. Desse modo, fortalecendo uma parceria da sociedade civil com o setor terciário.

Montaño (2002) afirma que:

“Em conseqüência do desenvolvimento do “terceiro setor” como complemento do processo de desarticulação da responsabilidade social do Estado, processam-se certos deslocamentos: de lutas sociais para a negociação/parceria; de direitos por serviços sociais para atividade voluntária/filantrópica; da solidariedade social/compulsória para a solidariedade voluntária: do âmbito público para o privado: da ética para a moral; do universal/permanente para o local/focalizado/fortuito”. (p.200)

Desse processo de reforma do Estado e os movimentos sociais surge as influências às mudanças no âmbito educacional, inclusive as ações voltadas para a educação não-formal. Os movimentos sociais exprimem os espaços de recuperação dos direitos coletivos reivindicados pela comunidade. Assim,

Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um Campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. (GOHN, 1995, p. 44).

Os movimentos sociais passam a ser o palco de lutas por garantia de direitos e conquista da cidadania e a educação, que antes era de responsabilidade exclusiva do Estado, passa a ser tratada como responsabilidade da sociedade civil e da família. Nesse contexto histórico é que se constitui a educação não-formal como fonte de mudança social e política. Desse modo, “os movimentos sociais nascem concebendo a educação como mais uma área importante na formação dos indivíduos, abrangendo cultura, arte, formação política etc.”. (GARCIA, 2008, p.8)

A trajetória da Educação Não-Formal no Brasil se assemelha às discussões sobre Educação Popular e Pedagogia Social no que se refere ao debate sobre o cumprimento das obrigações básicas na garantia dos direitos dos cidadãos pelo Estado.

A Educação Popular nasceu no Brasil desde a década de 20 com o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova no qual os intelectuais brasileiros pregavam uma educação popular para todos. Porém somente na década de 60, devido ao processo de industrialização e urbanização do Brasil e os movimentos migratórios das pessoas em busca de melhores condições de vida, fez com que o Estado repensasse as políticas educacionais para as classes populares. A Educação Popular tinha como objetivo a promoção da participação dos sujeitos na construção de um projeto político de sociedade através de soluções construídas coletivamente, nas quais se pretendia superar as desigualdades sociais, principalmente no que se refere às desigualdades existentes no campo educacional.

No caso da Pedagogia Social no Brasil, segundo Machado (2010), o marco que identifica seu surgimento no Brasil em 2005, quando comenta:

“(...) por ser a Pedagogia Social no Brasil uma área ainda recente, as publicações e discussões estão sendo formuladas em diferentes lugares e também com diferentes enfoques e perspectivas. Existem relatos de eventos que discutiram a Pedagogia Social ou/e a Educação Social em algumas universidades e que evidenciam a realização de atividades isoladas ou regionais. Na verdade, pode-se demarcar o lançamento da Pedagogia Social no Brasil, no ano de 2006, com a realização do I Congresso Internacional de Pedagogia. No entanto, desde 2005 as discussões e aproximações com a área começaram, a partir de ações de grupos de pesquisa”. (p.123)

Monarcha (xxx, apud MACHADO 2010), aponta que Fernando de Azevedo foi quem empregou no Brasil pela primeira vez o termo Pedagogia social.

Com Fernando de Azevedo, aprendemos também “que os povos acomodam-se no interior das velhas estruturas, cabendo à pedagogia social fazer com que se liberem das amarras da

tradição”. A Tradição, para os pioneiros, não era peso morto que se prolongava pelo tempo; ao contrário, era força viva e atuante que agia no presente. Daí a necessidade de uma revolução cultural. (ano e pagina)

Nessa perspectiva as produções brasileiras sobre Pedagogia Social vêm nesse estudo uma possibilidade de discussão sobre a exclusão de uma parte da sociedade brasileira, cujas práticas talvez sejam mais reconhecíveis no Brasil sob a égide da educação não-formal, dos movimentos sociais, das organizações não-governamentais e dos programas e projetos sociais públicos e privados alimentam expectativas de construir uma proposta educativa que intervenha satisfatoriamente, nos problemas educacionais resultantes das radicais mudanças da contemporaneidade. De acordo com Gomes (2009) as características da Pedagogia Social “apresentam-se atrelada ao campo da educação não-formal e formal cujos trabalhos são historicamente desenvolvidos pelas ONG's, setores privados em pareceria com empresas, igrejas e o Estado”. (p.8).

Assim a pedagogia social tem como objetivo a incorporação dos indivíduos à estruturas e circunstâncias sociais e se insere no debate como disciplina com possibilidade de sistematização, reorganização e transmissão de conhecimentos e como uma profissão com dimensão prática, com ações orientadas e intencionais. MACHADO (2012) declara que: “a consolidação da Pedagogia Social ocorre na educação não formal. Dessa forma as intervenções não formais, inicialmente estiveram relacionadas a projetos de educação popular. Passando a incorporar debates sobre políticas sociais e abrindo à sociedade civil a participação nas discussões a cerca das políticas sociais públicas.

Para Cunha e Cunha, (2002) “As políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo a expressão do compromisso público de atuação numa determinada área a longo prazo” (p.12).

Desse modo as políticas públicas podem ser definidas como iniciativas que regulam benefícios sociais a população, possibilitando a efetivação dos direitos sociais e oferecendo oportunidade de reintegração através da participação e do resgate da cidadania.

É Neste sentido que as políticas públicas:

Não se limitam a definir a ação do Estado ou se esgotam nela.
Na verdade, trata-se de um conjunto de iniciativas, expressões

em normas, regulamentos, procedimentos que se viabilizam por meio de uma ação conjunta do Estado – atuando numa perspectiva de cooperação federativa – e da Sociedade. Neste sentido, mesmo quando uma ação é exercida por uma entidade privada, mas é, por exemplo, regulada ou financiada pelo poder público, também estamos falando de políticas públicas. (BRASIL. Constituição (1988). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. CAPACITAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS E DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - PBF, 2008, p. 31)

A garantia de direitos pela educação é concebida como política pública, dever do estado e da família partilhada na sociedade. Desta forma a educação passa a ser uma prática que possibilita ao indivíduo o direito à cidadania.

De acordo com Paulo Freire a educação não deve apenas considerar as práticas educativas como práticas sociais. Sua responsabilidade também continua através de suas múltiplas atividades, em contextos educativos em si mesmos.

“Aprender e ensinar faz parte da existência humana, histórica e social, como dela fazem parte a criação, a invenção, a linguagem, o amor, o ódio, o espanto, o medo, o desejo a atração pelo risco, a fé, a dúvida a curiosidade, a arte, a magia, a ciência, a tecnologia. E ensinar e aprender criando todas estas atividades humanas”. (FREIRE, 2003, p.19).

Na citação de Paulo Freire a educação é um dos elementos essenciais para o desenvolvimento humano. Nesta perspectiva a educação é fundamental uma vez que trata de um processo de transmissão de cultura, valores e conhecimento indispensável para a vida em sociedade.

Com todas as mudanças que ocorriam no mundo moderno relacionadas à estrutura familiar da sociedade moderna no contexto do trabalho e organização da vida social houve necessidade de novas elaborações no campo educacional, a escola passa ampliar sua função, desenvolver também as habilidades sociais.

Foi neste novo cenário que incidiram diretamente nas ações voltadas para a educação não-formal e o debate que enfatizam o reconhecimento das necessidades de educação, para além da escola. Nesse âmbito de discussões é que são introduzidas efetivas propostas de uma educação não-formal concebida como educação permanente.

A educação não-formal pode ser definida como aquela que proporciona a aprendizagem de conteúdos da escolarização formal em espaços diferentes do

ambiente escola. Diante disso, é importante que se discuta a definição sobre educação não formal, entendendo que a mesma acontece fora do sistema formal de ensino, e muitos destes se articulam com a escola mantendo com a mesma um bom nível de interlocução. Gadotti (2005), ao comparar a educação não-formal com a educação formal, afirma que: “Os programas de educação não-formal não precisam necessariamente seguir um sistema seqüencial e hierárquico de “progressão”. Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem” (p.2).

Nesta lógica, a educação não formal não depende e nem é regida por uma estrutura disciplinar hierarquizada, permitindo de fato, a flexibilização das fronteiras entre as diversas áreas de conhecimento e “múltiplos espaços”.

A educação não-formal se diferencia da educação formal pelo fato de não necessariamente seguir uma cronologia gradual, pois a educação formal é seriada, inicia na educação infantil, passa pela educação básica formada de níveis e ciclos, e segue até o ensino superior.

Por essa natureza a educação não-formal permite a participação pessoas de diversas faixas etárias, de escolaridades diferentes e também aqueles sem escolaridade, de diversas profissões e donas de casa, enfim, possibilita incluir sujeitos de diversos seguimentos sociais. Por isso mesmo exige o uso de recursos diversos e de formas educativas dinâmicas que permitam provocar e manter o interesse dos atores sociais pelos conteúdos específicos.

As escolas são espaços onde se tece parte da memória social. Porém o termo educação abrange um universo que extrapola os muros da escola. A educação como qualquer campo de estudo/pesquisa, possui suas especificidades e sentidos amplos.

Na literatura especializada é possível encontrar a diferenciação entre Educação Formal, Não Formal e Informal.

A Educação Formal é entendida por Gohm (2006), como aquela que aprendemos na escola que tem papel de formar o sujeito e garantir o acesso ao conhecimento histórico e/ou científico construído e acumulado. Ela é sistemática, estruturada e é intencionalmente institucionalizada.

Já a Educação Informal é assistemática, ou seja, não é intencional e não está organizada institucionalmente, caracteriza-se pelo processo de aprendizagem incidental e constante. Ele se dá pelas relações entre pessoas e grupos, são

influências do ambiente sociocultural do sujeito. E ainda, por nossas experiências subjetivas que relacionam-se com nossas vivências cotidianas no mundo como um todo, durante o processo de socialização. São “atores” desses conhecimentos, que educam a família, o trabalho, a vizinhança, o rádio, o jornal, a televisão, o cinema, etc.

No caso da educação não-formal, conforme salienta Gohn,

“(...) ocorre em ambientes e situações interativos construídos coletivamente, segundo diretrizes de dados grupais, usualmente a participação dos indivíduos é optativa, mas também poderá ocorrer por forças de certas circunstâncias da vivência histórica de cada um. Há na educação não-formal uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes (...)” (2006, p.3)

A educação não-formal pode ser caracterizada como uma maneira diferenciada de trabalhar com os saberes culturais e históricos das pessoas, paralelamente aos saberes escolares. Nessa perspectiva a viabilização de projetos, remete-nos pensá-los como possibilidades no campo da construção; e não da determinação, ou ainda, como uma mudança possível e necessária, sobretudo urgente no campo da formação do educando. Ou seja, é aquela fora do ambiente da escola, porém sistematizada com intencionalidade do aprender o próprio conhecimento do saber escolarizado, porém com objetivos sociais e culturais, de modo a estabelecer interação com o papel do educando enquanto sujeito de uma organização, sociedade.

Fontoura; Pierro e Chaves, (2011), afirmam que:

“O caráter intencional que as práticas educativas carregam em si, de certa forma, marca o espaço da escola pela formalidade, pela regularidade, pela seqüencialidade, evidenciando a dimensão formal da educação. Isto, porém não impede que educação e a escola sejam pensadas em diferentes cenários onde interagem diversos modelos culturais”. (P.112)

As autoras supracitadas, em suas reflexões acerca da escola, declaram que:

“A escola da pós modernidade considera a educação como um processo sempre dinâmico, interativo, complexo e criativo propondo um currículo intercultural onde estão presentes as ações e relações da escola; o conhecimento científico, os saberes da humanidade, os saberes das comunidades, a experiência imediata das pessoas. Inclui ainda a formação permanente de todos os segmentos que compõe a escola, a conscientização, o conhecimento e a sensibilidade humana”.(2011, p.113)

Desse modo, entendemos que não só a escola deve ser considerada como um espaço de conhecimento historicamente construído e sim, considerar outros espaços de produção e ação do homem, como aqueles que vêm desafiando a construção de novas práticas educativas. As escolas são espaços onde se tece parte da memória social. Tanto os alunos quanto os educadores são protagonistas desta história. No caso dos espaços de educação não formal, remontar um quadro que comporte representar a aprendizagem desses personagens parece-nos o convite ideal e o desafio atual para a construção da identidade e memória social do educador e do educando.

Nessa perspectiva é que a abordagem sobre os espaços não formais enfatizam sua contribuição para possibilidade de aprendizagem dos conteúdos, sejam eles históricos, científicos, geográficos e/ou raciocínio lógico. Essas experiências contribuem de uma forma diferenciada na socialização do conhecimento sistematizado, no espaço formal. Permitindo ampliação reflexiva em relação aos conteúdos no âmbito escolar.

Essa produção de efeitos positivos proposto pela educação não formal beneficia as relações interpessoais, contribuindo para o compartilhamento do espaço social e cultural, sem discriminação, proporcionando assim meios necessários para que haja construção de conhecimento.

Desse modo, a interação entre ambientes não formais de aprendizagem e os educando têm um significado único, ligado as experiências sociais e culturais e seu modo de se relacionar com o saber escolarizado.

CAPÍTULO III

EDUCAÇÃO E CULTURA: A linha férrea como proposta educativa

“O objetivo do pesquisador é compreender a vida do indivíduo dentro da própria sociedade em que vive.” (Franz Boas: 1922)

Venho relatar neste capítulo práticas da pesquisa de campo realizada na cidade de Visconde de Itaboraí. Apresento a temática e a escola pesquisada, destacando aspectos do projeto e do processo educativo na escola culminando com montagem de uma exposição da história e memória da linha férrea local e sua importância para Visconde de Itaboraí. A metodologia aplicada na construção da exposição, na aplicação dos questionários e as possibilidades de educação na escola e fora dela como um caminho investigativo.

No início do semestre letivo, em 2010, voltei à cidade de Visconde de Itaboraí a fim de me aproximar das escolas da cidade e conhecer suas práticas e propostas quanto à memória e história local.

Meu primeiro contato foi com a escola Municipal Adelaide de Magalhães Seabra. Embora tenha sido bem recebida e feito um bom contato inicial, esta escola não desenvolvia projeto voltado para o tema da memória local, porém, a coordenadora Prof^a Luciene, que também leciona no Ciep 424 Pedro Amorim, informou-me que, naquele Ciep havia uma professora que desenvolvia um projeto sobre as memórias da estação ferroviária da cidade de Visconde de Itaboraí.

Nesta segunda escola comecei então, em parceria com uma professora comprometida com a educação. Naquele ano, a Prof^a Josiane Almeida que lecionava no 2º ano do 2º grau, formada em Ciências e Matemática pela Faculdade de Filosofia de Campos (FFC) situada na cidade de Campos dos Goytacazes e

moradora há 25 anos da cidade de Visconde de Itaboraí, se mostrava apaixonada pela cidade. Através desse contato pudemos desenvolver uma parceria no sentido de desenvolver a temática do resgate da memória da linha férrea e dos processos de identidade e preservação.

Durante o ano de 2011 tivemos alguns encontros para planejamento da proposta de organização de uma exposição local. Nestas reuniões trabalhamos com o acervo coletado no ano de 2010, numa proposta desenvolvida por esta professora com a participação dos alunos e professores daquela escola que, com ela, abraçam a idéia de preservação da memória local.

Ainda investigando esta temática na cidade, também foi possível resgatar alguns relatos colhidos por mim de entrevistas com ex-ferroviários, atendendo ao projeto que desenvolvi como atividade na disciplina Tempo Espaço II do currículo de Pedagogia da UERJ/ FFP, citada nesta monografia no capítulo 1, página 16, no qual deveríamos discutir a questão do Patrimônio Público.

Em decorrência desse trabalho realizado na escola criou-se a expectativa, bem mais ousada, da criação de um museu sobre a história e memória da linha férrea em Visconde de Itaboraí.

Este projeto realizado no ano de 2010 teve como proposta transformar as ruínas da estação num centro cultural, um local de exposições de fotos com a história local, suas memórias históricas, seus monumentos, seus patrimônios, suas transformações geográficas, políticas e sociais.

No ano de 2011 a proposta de montagem de uma nova exposição tinha a intenção de comemoração dos 84 anos da estação.

3.1 - APRESENTANDO A ESCOLA

O Ciep – 424 Pedro Amorim fica localizado no Município de Itaboraí, mais especificamente no bairro de Visconde de Itaboraí, situado na Rua Manoel Morel Peçanha. Atende a alunos do 6º ano do ensino fundamental 2 (ginasial) ao ensino médio. Possui visão de gestão compartilhada, a qual se baseia na Gestão Integrada da Escola (Gide)², que possui objetivo de melhorar no resultado do processo ensino-

² A Gide é uma das vertentes do planejamento estratégico da SEEDUC, que constitui-se em um sistema de gestão que contempla aspectos estratégicos, políticos e gerenciais da área educacional com foco em resultado. O material tem como objetivo ajudar os gestores na busca por melhores resultados no processo ensino-aprendizagem na escola. Por meio da implementação do método aprendido, cada unidade escolar terá uma

aprendizagem e suas atividades propostas e sua gestão, tendo como referencia as metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do indicador da GIDE, o Índice de formação de Cidadania e Responsabilidade Social (IFC/RS). O material é disponibilizado para os diretores e diretores adjuntos pela Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC). Onde cada unidade escolar terá uma descrição objetiva da suas ocorrências educacionais. Lembrando que, o material é somente disponível para os gestores que precisam de uma senha individual e sua matricula para acessarem o material.

Nos murais da escola estão expostos todos os projetos e objetivos da escola. No quadro do Gide estão algumas sínteses do trabalho do trabalho pedagógico e de gestão:

“Missão – Contribuir para a melhoria das condições educacionais da população, garantindo a participação ativa da comunidade escolar para que possa agir construtivamente na transformação do seu meio; Missão de Futuro – Ser reconhecida em nosso município pela qualidade do ensino ministrado, pela valorização dos nossos alunos e criatividade de nossa equipe até dezembro de 2011; Valores – Respeitamos, valorizamos e reconhecemos as contribuições individuais e coletivas de nossa comunidade escolar.” (retirado do mural da escola, 28/10/11)

Os trabalhos em geral são divididos em marcos, como por exemplo, Marco Referencial; Marco Operativo (resumo das diretrizes pedagógicas) divididas em conteúdos, metodologia, planejamento, disciplina e avaliação; Marco Situacional (situação econômica, tecnologia, mídia, educação, estrutura familiar, parceria família-escola); Marco Doutrinal (Que tipo de sociedade queremos construir? Que tipo de Homem/Pessoa Humana queremos colaborar na formação? Que finalidade queremos para a Educação? Que papel desejamos para a Escola em nossa realidade?

A escola está pautada numa educação que prepara o aluno para a vida em sociedade, passando a tomar consciência de sua importância no meio social. Assim:

"São as relações sociais que verdadeiramente educam, isto é, formam, produzem os indivíduos em sua realidade singular e mais profunda. Nenhum individuo nasce homem. Portanto, educação tem um sentido mais amplo, é o processo de

produção de homens num determinado momento histórico". (DAYRELL, 1992, p.2).

Se analisarmos bem a citação de Dayrell (1992), nos daremos conta que a educação alça vãos além dos muros da escola. A educação ancora nas relações sociais e tem poder de ocupar outros espaços. O processo educativo promove relação própria com o saber, mas este saber pode se dar intuitivamente, integrado com o meio no qual ele vive. Pois somente integrando o currículo à vivência cotidiana do aluno, numa busca constante de (re) significação entre a aprender e viver, entre a realidade de cada ser e a escola, tornará o aluno em um cidadão consciente de sua atuação e respeito por sua cultura.

3.2 - O PROJETO NA ESCOLA

Nesta perspectiva de interação entre educação e cultura é que se baseia o interesse da professora. Partindo de algumas reflexões a respeito de um tema gerador: '84 anos da estação de Visconde de Itaboraí', propôs a formulação de um projeto educacional/cultural que ampliasse as possibilidades de construções e apropriações dos conhecimentos sobre a importância da linha férrea. Partindo da idéia de construir com os professores da escola um caminho metodológico que permitisse identificar contextos próximos às realidades do educando como, por exemplo, acontecimentos históricos (re) contados por alguns familiares que um dia tiveram vínculos empregatícios com a ferrovia.

A linha férrea foi pesquisada em todas as disciplinas desde seu surgimento, desenvolvimento, importância econômica e cultural, até sua desativação no distrito. Todos os conteúdos interagem com uma experiência cotidiana realizada pelos alunos, como por exemplo, as entrevistas com ex-funcionários da estação, com acompanhamento do professor.

O objetivo do projeto além de favorecer o trabalho de cooperação entre os docentes visava desenvolver nos alunos a habilidade de relacionar o tema com a cultura local e a importância do tombamento da estação de Visconde de Itaboraí como patrimônio histórico da humanidade.

O projeto apresentava uma base conceitual/procedimental, constando de: levantamento conceitual do tema (Qual a importância da linha férrea e a estação de Visconde para cidade/distrito), com exposição de fotos, textos, música, produção de

maquetes, palestras de historiadores, entrevistas com ex-ferroviários, pesquisas em internet, livros, etc. Os procedimentos foram realizados por ações ordenadas durante a criação do projeto, baseada na análises de dados na produção de relatos de experiências, pesquisas empíricas organizadas e realizadas pelos educando. Através da atividade interdisciplinar, utilizando objeto, a estação ferroviária do distrito em questão, foi possível desenvolver juntos com os alunos vínculos com a cultura do local, suas histórias e memórias.

3.3 – A LINHA FÉRREA COMO AGENTE INTERDISCIPLINAR PARA O ENSINO

A educação tem sofrido grandes mudanças. Estas mudanças passam a possibilitar que a educação saia dos limites da sala de aula e estabeleça contato entre os alunos e lugar em que vivem. As inúmeras transformações sociais e culturais que vivenciamos, reanimam o caráter imprescindível de uma nova organização, uma forma de pensar o processo pedagógico. Faz-se necessário uma postura diferente, onde a dimensão interdisciplinar relacionada com outras possibilidades educacionais fora do formato tradicional ganha relevância tornando a unidade do conhecimento como imperativo no processo de educação. Há muito se argumenta sobre o indissociável elo educação e cultura, e através dessa visão pode-se explorar bem a ligação entre educação formal e não formal.

O projeto realizado na escola “84 anos da estação de Visconde de Itaboraí” encontra, através da interdisciplinaridade e pesquisa de campo, a possibilidade de se transformar numa sala de aula que tem como objetivo ampliar a gama de vivências e experiências formativas do aluno e a expectativa na perspectiva da educação não formal, dentro do local privilegiado de ensino/aprendizagem que é a própria escola. Além de abordar o tema perpassando por diversas disciplinas, propõem-se um trabalho em espaços e tempos mais flexíveis, designando em um processo com diversas dimensões, entre elas: direitos enquanto cidadãos, aprendizagem de conteúdos escolares em espaços diferenciados e ainda, conscientização do exercício de práticas sociais coletivas.

Para aprender conceitos os alunos precisam adquirir informações e vivenciar situações em que esses conceitos estejam em jogo. Por isso, o alvo do projeto é considerar as entrevistas com ex-ferroviários e as palestras com historiadores, numa

perspectiva que leve em conta a importância econômica, cultural e social da linha férrea e a estação de Visconde de Itaboraí, mas também de natureza conceitual, procedimental e atitudinal, como sugerido nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

A aprendizagem de conceitos muitas vezes pressupõe o trabalho com fatos (nomes, imagens, representações), o que pode ocorrer num primeiro momento, de maneira eminentemente mnemônica. (...)

Tal aprendizado está diretamente relacionado à segunda categoria de conteúdos: a de natureza procedimental. Os procedimentos expressam um saber fazer, que envolve tomar decisões e realizar uma série de ações, de forma ordenada e não aleatória, para atingir uma meta. (...)

A terceira categoria diz respeito aos conteúdos de natureza atitudinal, que incluem normas, valores e atitudes, que permeiam todo o conhecimento escolar. A escola é um contexto socializador, gerador de atitudes relativas ao conhecimento, ao professor, aos colegas, às disciplinas, às tarefas e à sociedade. (PCN's, 2001, p. 76,77).

No projeto cada disciplina aborda um aspecto sem perder a relação de dependência uma da outra, tendo para isso embasamento teórico-metodológico como ferramenta, para que sejam atribuídos valores aos resultados da pesquisa. Sobre esse olhar é possível reescrever a frase do nosso professor pesquisador Paulo Freire (1987), quando diz: “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (p.13). Nesse contexto, verificamos que a construção do conhecimento não acontece linearmente e que o conhecimento é adquirido através da interação social.

Através da realização do projeto foi possível difundir entre os alunos a importância de preservação do patrimônio histórico no contexto social de sua cidade, o respeito à memória e história da linha férrea, recontadas pelos que vivenciaram sua importância econômica e sua decadência. Além disso, tornar os alunos conscientes de que todos somos parte fundamental no contexto histórico e cultural da humanidade e da comunidade local onde vivem. A partir destas propostas, se trabalhou a importância da preservação das memórias e a possibilidade de futuramente, este primeiro projeto, fomentar a construção de um museu memorial e histórico para que não se perca as raízes que fundaram a cidade de Visconde de Itaboraí e sua forma de vida atual.

3.4 – MATERIAIS E MÉTODOS

Durante o período de março e junho de 2011, época em que o projeto começa a ser pensado na parceria entre escola e universidade, professora do Ciep 424 Pedro Amorim e licencianda em Pedagogia, foi crescendo o interesse na escola pelo tema, principalmente com a aproximação da data em que se comemora o aniversário da estação. Consideramos interessante a realização de outra experiência didática na exploração do tema, através dos compartilhamentos de saberes, do planejamento conjunto e da troca de experiências, onde cada disciplina trabalhou um aspecto da cultura local.

A disciplina de Historia trabalhou através de grupos de pesquisa, a história e memórias do povo local, destacando a importância da linha férrea não apenas como meio de transporte coletivo, mas também para cultura da região, visto que, até as casas construídas foram pensadas e construídas graças às instalações da Companhia Leopoldina, que as construiu para seus funcionários. E ainda, um prédio para controle do movimento dos trens que funcionavam em Rio Bonito e aumentaram-se as linhas de desvio em quantidade e comprimento.

A disciplina de Ciências teve como metodologia de trabalho a possibilidade de estimular nos jovens a preocupação com o bem-estar das pessoas. Ou seja, de pesquisar sobre as instalações na época em que a Companhia Leopoldina, chegou a Visconde de Itaboraí e construiu casas para seus funcionários. Eram casas confortáveis com água, esgoto e luz elétrica. E ainda, como Visconde de Itaboraí, após ser considerado um lugar próspero naquela ocasião e hoje ser apenas uma cidade conhecida pelo declínio da ferrovia, conseqüentemente, também da estação, com ruas centrais que possuem, ainda hoje, redes de água e de esgoto daquela época funcionando parcialmente. Porém, fora da região central não há saneamento básico.

Atualmente, a instalação de um pólo do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ), que certamente interferirá no modo de vida das pessoas do lugar. Além disso, os previsíveis impactos negativos e/ou positivos que a chegada do COMPERJ poderá causar. Assim, procurou-se definir a palavra tombamento, reconhecendo-o como um ato administrativo realizado pelo poder público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de

valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados.

Geografia abordou as atividades que ainda empregam, em Visconde de Itaboraí, como por exemplo, as atividades braçais das cerâmicas, dos barreiros e de pequenos comércios. A ascensão das indústrias automobilísticas, uma das principais causas do declínio da ferrovia, etc. E também a localização do bem escolhido: a Estação Ferroviária Visconde de Itaboraí que está localizada no 9º distrito de Itaboraí, Visconde de Itaboraí, como vemos no mapa abaixo:

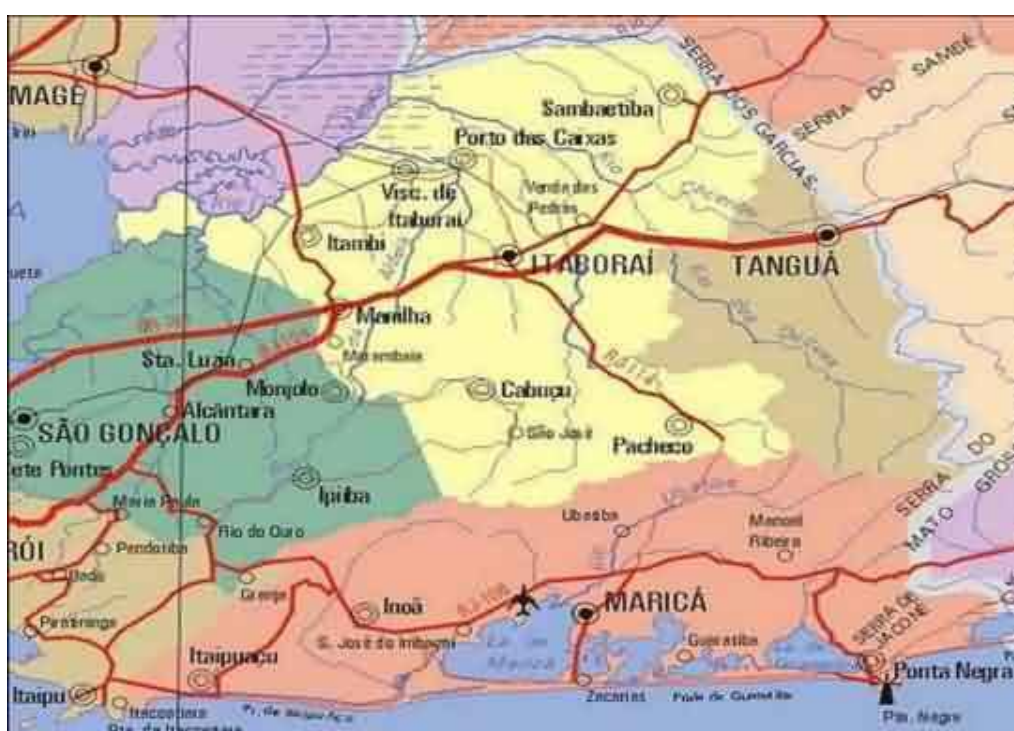


Imagem de mapa – fonte: IBGE / Protetores da Vida / Governo do Estado

O projeto culminou na exposição em 2010 e num evento cultural realizado na própria estação, onde foram expostas todas as atividades, através de maquetes, mural de fotografias e uma apresentação cultural com a banda da escola (foto 1), participação da comunidade (foto 2), moradores mais antigos e ex-ferroviários contando um pouco da história da estação ferroviária ainda em funcionamento (foto 3), palestra de historiadores sobre a linha férrea e a estação de Visconde de Itaboraí e sua importância.



Foto 1 – registro da exposição na estação de Visconde de Itaboraí, em 2010



Foto 2 – registro da exposição na estação de Visconde de Itaboraí, em 2010



Foto 3 – registro da exposição na estação de Visconde de Itaboraí, em 2010

3.5 – CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO PARA ESCOLA

A execução do projeto “84 anos da estação de Visconde de Itaboraí” trouxe experiências positivas, não só para os alunos, mas para os professores em sua prática pedagógica transformando o espaço da escola em um espaço vivo de interações entre ambos.

Cada ação realizada entre as disciplinas tornou possível a abordagem interdisciplinar, onde cada participante transformou a estação e a ferrovia em recurso educativo capaz de proporcionar diferentes saberes como a importância da preservação da história e memórias da linha férrea e ainda a herança cultural, que envolve os bens naturais, as edificações – o próprio prédio da estação de Visconde de Itaboraí, os monumentos históricos, não só da cidade, mas também, os bens imóveis do Município de Itaboraí: ruínas do convento São Boaventura construído em 1660, tombadas pelo IPHAN³ em 1980. A igreja Nossa Senhora da Conceição – data de 1595, considerada um pólo de turismo religioso, pois lá está a imagem de Cristo que, segundo os fieis, verteu sangue; o Palacete de Visconde de Itaboraí, erguido

³ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Órgão do Ministério da Cultura que tem a missão de preservar o patrimônio cultural brasileiro. (retirado do site: www.iphan.gov.br) acesso em 22/11/2011

em 1834, tombado como Patrimônio Histórico Nacional pelo IPHAN EM 1964. Em 2000, passa a ser sede do Poder Executivo Municipal; Igreja Matriz de São João, construída em 1672, elevada à categoria de matriz em 1733, também tombada pelo IPHAN em 1970. Ou seja, tudo o que revela características das diferentes épocas vividas pelo grupo social que ali habita. Através da observação, da admiração e dos experimentos foi possível sensibilizar e ajudar os alunos a se apaixonarem pela sua cultura local, assim se assumirem como parte dessa cultura, e ainda de perceberem a extensão de seus atos no mundo em que vivem.

A realização do projeto interdisciplinar a partir de um tema gerador tornou mais significativa a aprendizagem dos alunos, pautada nas experiências vivenciadas e as relações sociais que tiveram ao longo do projeto.

As aulas sobre o tema, além de proporcionarem um contato direto com a história dos moradores da região e as transformações vividas por eles, criaram um espaço de discussão onde os alunos interagiram experiências, construindo e/ou reconstruindo conhecimentos a partir da realidade vivenciada, como sujeitos de seus próprios saberes. Através da experiência desta pesquisa, verificou-se que Visconde de Itaboraí mais que um simples distrito do Município de Itaboraí, de modo que sua mudança econômica atual, com as instalações do COMPERJ, gerou debates sobre impactos ambientais, habitação, os impactos econômicos e sociais que serão causados, e ainda, a preocupação com bens patrimoniais e culturais de Visconde de Itaboraí, não só do distrito, mas também os bairros que fazem parte dele. A saber: [Visconde de Itaboraí](#) que leva o nome do próprio distrito, Jardim Itamarati, Maravilha, Vila Visconde, Vilage do Sol, Vila Moraes e Vila Esperança. E os referentes à catalogação de patrimônios culturais de Itaboraí, que já foram citados no texto.

Nestas perspectivas de utilização dos temas geradores, a concretização desse projeto passa pela compreensão de que as práticas pedagógicas devem ser direcionadas para uma educação onde o educador e educando possam estabelecer uma relação de ensinar e aprender, dentro dos princípios da democracia. A eleição dos conteúdos a serem estudados deve conter questões que possibilitem a crítica da realidade, e usarem esse conhecimento adquirido nas aulas como instrumento de mudança para o mundo em que vivem e assim, se reconhecerem como cidadãos.

Através da prática interdisciplinar é possível ultrapassar as fronteiras disciplinares, ligando os conhecimentos econômicos, sociais, culturais e ambientais de forma solidária e interdependente.

O projeto em questão dá sua contribuição, sendo um projeto de educação que possibilita o desenvolvimento de capacidades que permitam intervir na realidade para transformá-la, atendendo a orientação dos PCN's para a formulação de projetos de educação.

Os resultados alcançados nesse projeto permitem recomendar o uso desta metodologia como alternativa pedagógica no processo de ensino e aprendizagem e mostra que os professores parceiros estão abertos e receptivos à adoção desta metodologia como prática pedagógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ESTAÇÃO DE VISCONDE DE ITABORAÍ: ponto de chegada e partida

Todos os dias é um vai-e-vem

A vida se repete na estação
Tem gente que chega pra ficar
Tem gente que vai pra nunca mais...
(Encontros e Despedidas, Milton Nascimento)

É nesse movimento a todo instante: narrando as chegadas e as partidas da estação que Milton Nascimento me faz lembrar o vento com fuligem (da Maria Fumaça) que batia no rosto, nas imagens feitas e desfeitas na janela do trem, no vaivém das pessoas, na corrida para ver o trem chegar e partir novamente. Tudo parecia se mover ao ritmo do trem.

Hoje vejo apenas uma cidade modificada: ruínas da estação, costumes e hábitos sociais diferenciados daquela época. Ficaram somente as ruínas das máquinas férreas, na sua extinção. Hoje as imagens da estação não expressam mais o movimento daqueles tempos. As transformações profundas, culturais e do ambiente, não manifestam a antiga efervescência, mas os movimentos da estação de trem foram inventados e reinventados em cada recordar.

Nesse sentido, as lembranças dos antigos moradores descreveram aquilo que foi sentido, experimentado ao longo de suas vidas e no convívio com o trem. Estas recordações foram em seu auge, releituras feitas segundo suas memórias, provocando uma lembrança de si mesmo no ventre das mudanças vividas.

Assim, e considerando que todo o trabalho de pesquisa e escrita de texto é perpassado por escolhas, colocamos em destaque a opção de abrir perspectivas do trabalho sobre memória e patrimônio que teve como foco as histórias e memórias da linha férrea de Visconde de Itaboraí. O que me proporcionou experiências relevantes e transcendeu minhas lembranças de criança. A metodologia da pesquisa, a partir das experiências vividas de alguns personagens e suas histórias de vida, me fez repensar também minhas experiências.

No decorrer da pesquisa, pude observar que os movimentos para preservação da estação de Visconde de Itaboraí, também é uma forma de reeditar o passado através da memória. As lembranças comuns, de tempos que não mais voltarão, imersas nas fumaças perdidas na memória e no tempo. É difícil não se sentir envolvida, pois os relatos também me fizeram lembrar os tempos da minha infância que, como os deles, não mais voltarão.

De certo o estudo sobre as histórias e memórias da linha férrea de Visconde de Itaboraí, suscita uma gama de interpretações talvez até considerados como

lembranças saudosas da vida no seio da ferrovia. Mas para além desse sentimento inerente ao processo de mudança. As lembranças são artífices das memórias da comunidade local, que contribuem para repensar as ações sociais e políticas na atualidade.

Este trabalho aponta para o repensar do conceito de políticas públicas de ação para educação da formação do cidadão crítico, co-responsável pela sua comunidade e suas necessidades e refletir sobre um espaço de socialização, pensando na participação do indivíduo, para obtermos mudanças significativas. Dar ao cidadão a possibilidade de se conscientizar que sua participação é para um bem coletivo.

Nesta perspectiva de conhecer x conscientizar que pautamos nosso trabalho. Nossa intenção foi socializar a história da estação, a fim de despertar a auto-estima de alunos, conhecendo a importância sociocultural e econômica que já teve. O reconhecimento que a Estação Ferroviária Visconde de Itaboraí é uma testemunha de época, de uma cultura, de uma economia, de valores sociais é que necessita ser preservada.

Para isso ao longo deste trabalho apresentamos a trajetória percorrida pelo projeto interdisciplinar, no sentido da formação do aluno crítico-reflexivo, buscando uma re-significação da sua história local. A estação de trens de Visconde de Itaboraí pode ser tomada ou percebida enquanto patrimônio, ampliando a identificação dos alunos da escola com a comunidade. Dessa forma, as atividades que valorizam patrimônio, memória, cultura e ensino intervêm na maneira de ser reconhecer na construção da própria história, possibilitando transformações e visibilidade a outros atores sociais.

Essa trajetória, construída a partir da interação e inclusão dos alunos nos próprios processos do conhecimento, permitiu vislumbrar um cenário da inserção destes atores sociais na própria realidade e os desafios, necessidades e expectativas a serem contempladas na vida cotidiana.

Com base nestes processos podem ser estruturadas as políticas públicas. Exemplo disso é a articulação da escola com a comunidade, que reflete na ação-reflexão-ação sobre a prática do professor, pois quando há diálogo, o processo de aprendizagem ocorre de forma eficaz.

O próximo desafio foi proporcionar uma formação mais ampla para os professores que desejam efetivamente que o planejamento seja imprescindível,

“essencial” e que há todo momento estamos planejando, não existindo um planejamento fixo, “engessado”, mas sim planos aptos e sujeitos à mudança.

Vários foram os dilemas enfrentados (indisciplinas, dificuldades de trabalho em equipe, etc.), mas aos poucos fomos modificando, inovando, percebendo mudanças, compreendendo com isso que não existem receitas prontas, mas que a cada dia a sala de aula reserva alguma novidade, alguma surpresa e que temos que nos preparar, planejar, obter “cartas na manga”, pois a sala de aula é um espaço variado, eclético e cheio de surpresas.

Por fim, podemos dizer que os educando são sujeitos que aprendem á medida que partilham experiências, apropriando-se delas e construindo conhecimento num dado contexto sócio-histórico- político -cultural.

Nessa escola, onde desenvolvemos nossa pesquisa, os alunos são vistos como sujeitos, construindo seu próprio conhecimento e os professores orientadores e mediadores oferecendo meios para que a aprendizagem aconteça. As idéias de parceria entre professor e aluno possibilitaram construir os conceitos, sobre trabalho na escola, metodologia e sobre a idéia de que toda educação deve partir do educando, do que ele é, fornecendo-lhe os meios para que construa seu próprio conhecimento.

A prática educativa fundamenta-se em como os educando aprendem, que peso tem a influência da interação com outras pessoas no crescimento e no desenvolvimento pessoal. A base que sustentava as aprendizagens feitas pelos alunos nessa escola era a relação efetiva que tinham entre eles e a professora, e nesse caso, a relação professor-aluno era muito afetiva. Eles aproveitavam todas as situações de interação que habitualmente se estabeleciam professor e aluno, para motivá-los a atuar, assumir novos caminhos, a relacionar-se, a colocar as dúvidas e a buscar soluções. Portanto, é preciso que o educador contribua com contextos ricos e que sejam interessantes para que os alunos possam abandonar sua condição passiva, da educação tradicional, de apenas recepção de conteúdos, para se comprometer mais com o seu aprendizado.

Assim, entendemos que o professor, por sua vez, precisa estar aberto às mudanças na sua forma de trabalhar, estar atento à novidades e descobertas para busca de novos conhecimentos para sua prática em sala de aula. Deve sempre estar pronto para despertar em seus alunos o senso crítico, reflexivo e também o compromisso com a sociedade e com a prática educativa.

Deste modo possibilitará aos seus alunos um novo aprender, novos conhecimentos, uma aprendizagem significativa, despertando a reflexão e criticidade. O professor deve favorecer para que a aprendizagem dos alunos aconteça de forma significativa, contribuindo para o enriquecimento deles enquanto pessoa, para a autonomia, para que eles se percebam enquanto atores sociais, construtores da própria história.

E é nesse propósito que, com o objetivo e o intuito de aprender e de exercer uma prática educativa cheia de desejo de mudança e de transformação que pude refletir sobre minhas práticas enquanto professora. Onde eu possa atuar como professor-mediador, com uma função pedagógica, uma especificidade educativa na qual sustenta intervenção do educador em quaisquer espaços sem perder seu foco que é a ação educativa, dentro de uma visão crítica.

Nesse sentido é importante percebermos que a educação formal e não formal como modalidades que a educação assumiu no decorrer do tempo, remetem à necessidade de aproximá-las, pois são complementares e fazem parte de uma totalidade maior – educação. Ou seja, ambas podem se articular, proporcionando aprendizados significativos, provocando mudanças constantes no processo de desenvolvimento do aluno.

Esta articulação resultou na possibilidade de intervenção na realidade local, em que a escola assumiu seu papel como mediadora entre saberes historicamente construídos e saberes que emanam da comunidade, assumindo como recursos estratégicos projetos articulados com a história e memória do povo/grupo, estabelecendo dinamização e mobilização emancipatória das pessoas do local e dos saberes que elas sabem.

Em uma tentativa de resposta, penso que, para uma melhor compreensão das questões formuladas como pesquisadora na área da educação, compreendi que o papel do pesquisador é não somente construir uma interpretação da realidade, mas também criar o compromisso de transformá-la.

Como educadora aprendi que posso fazer a diferença, despertando a curiosidade de nossos educando, pois devemos nos preparar continuamente para ensinar melhor a todos aqueles que necessitam de uma boa aprendizagem, que são os nossos alunos.

Acredito que a prática do ensinar é constante, e como professora aprendiz, devo estar aberta a inovações, portanto, ser criativa, e criar novas possibilidades

onde sejam organizadas propostas pensadas no processo ensino aprendizagem de nossos alunos, estaremos contribuindo para despertar do interesse, da vontade da realização e do trabalho coletivo dos envolvidos.

Este trabalho tentou apresentar algumas considerações apreendidas no decorrer da pesquisa e da participação no projeto interdisciplinar, não só com os educando, mas também com a comunidade local. Deste modo, ansiamos que esta pesquisa incite que outros pesquisadores abordem este tema, rebatendo ou acrescentando idéias as visões aqui expostas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 2, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29/02/2012.

BURKE, Peter. "História como memória social". In: Variedades de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000, p. 67-89.

BRANDÃO, C. R. 1995. O que é educação. 33ª ed., São Paulo, Brasiliense

BRASIL. Constituição (1988). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Capacitação para Implementação do Sistema único de Assistência Social -

SUAS e do Programa Bolsa Família - PBF. Consórcio IBAM – Carioca. Rio de Janeiro, 2008

CUNHA, E. de P.; CUNHA, E. S. M.. Políticas públicas e sociais. In: CARVALHO, A.; SALES, F. (Orgs.) Políticas públicas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

DAYRELL, Juarez, A escola como espaço sócio cultural. In_____ (org.) Múltiplos olhares sobre Educação e cultura. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1996

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini-dicionário da Língua Portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FONTOURA, Helena Amaral; PIERRO, Gianine Maria de Souza; Chaves, Iduína Mont'Alverne Braun. Didática: do ofício e da Arte de ensinar. Niterói: Intertexto, 2011

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores associados: Cortez, 1989.

_____. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____ *Política e Educação*. São Paulo: Editora Cortez, 2003

GADOTTI, Moacir. A Questão da Educação Formal/Não-Formal. In: <> Acesso em 31 de Mar de 2006.

GARCIA, Valéria Aroeira. O Papel do Social e da Educação Não-Formal nas Discussões e Ações Educacionais. Disponível em http://www.am.unisal.br/pos/stricto-educacao/.../mesa_8_texto_valeria.pdf. Acesso em 17/05/2011

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

_____, Maria da glória M. Movimentos, Ongs, e lutas sociais no Brasil nos anos 90. In: Os sem terra, Ongs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo: Cortez, 1997.

_____, Maria da Glória. "Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas" In: Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro Jan/Mar.2006 (Disponível em www.scielo.com.br_ acesso em 15/02/2012)

GOMES, Alessandra de Fátima Borges. A Pedagogia Social na Educação Infantil. Disponível em <http://www.webartigos.com/articles/16141/1/a-pedagogia-social-na-educacaoinfantil/pagina1.html>. Acesso em 04/05/2010

GUZZO, Raquel Souza Lobo e EUZEBIOS FILHO, Antonio. Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. *Escritos educ.* [online]. Dez. 2005, vol.4, no. 2 [citado 06 de agosto 2009], p.39-48.

HALBWACHS, Maurice. Apud POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 1989.

HORTA, Maria de Lourdes P. GRUNBERG, Evelina. MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial. 1999.

KESSEL, Zilda. Memória e Memória Coletiva.

LE GOFF, J. Patrimônio Histórico, cidadania e identidade cultural: o direito à memória. In: BITTENCOURT, C. (Org.) O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1997. p. 137-140.

MACHADO, Érico Ribas. A constituição da pedagogia social na realidade educacional brasileira. 242p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2010

MACHADO, Evelcy Monteiro Pedagogia e a pedagogia social: educação não formal. Disponível em: <http://www.boaula.com.br/iolanda/producao/me/pubonline/evelcy17art.html> (acessado em 01/03/2012)

MADURO, Luís Miguel Poiares Pessoa. <http://www.citador.pt/cact.php?op=7&author=75&firstrec=0> (Acessado em fevereiro 2012)

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais/Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 2001, 174p.

PAULA, Ercília. Apud TRILLA, Jaume. “La educación fuera de la escuela”. Barcelona: Editorial Ariel, 1996.

PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira. Educação Popular, Educação Não Formal e Pedagogia Social: Análise de Conceitos e Implicações para Educação Brasileira e Formação de Professores. Disponível em <http://www.pucpr.br/eventos/educere/2009>. (Acesso em 15/09/2011)

VEIGA-NETO, Alfredo. Cultura, culturas e educação. In: Revista Brasileira de Educação. São Paulo: n. 23, maio/jun/jul/Ago, p. 5-14, 2003.

VELHO, Gilberto. Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,

NUNES, Clarice. Memória e História da Educação: entre práticas e representações.

VIRIATO, Edaguimar Orquizas. Estado, política educacional e o terceiro setor. Anais do Congresso Internacional de Educação e desenvolvimento humano. Maringá, PR: UEM, 2004.